

BORGES, Maria Célia. **Formação de professores: desafios históricos, políticos e práticos.** São Paulo: Paulus, 2013. 176 p.

Jussara Gabriel dos Santos

Mestre em Educação
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

A autora Maria Célia Borges é pedagoga e especialista em Metodologia do Ensino Superior, Psicopedagogia e Fundamentos da Educação e Psicopedagogia. Possui mestrado em Educação (UFU); doutorado em Educação/Currículo (PUC-SP); pós-doutorado em Educação (FEUSP). Pesquisadora integrante do Grupo de Estudos sobre Formação de Professores (GPEFORM) e integrante do quadro de professores da Universidade Federal de Uberlândia - *Campus* Pontal. Pesquisa e publica sobre os seguintes temas: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Gestão Democrática; Educação Superior; Qualidade de Ensino e Inclusão Educacional e Social.

Esta obra é resultado das pesquisas sobre formação de professores do Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Formação de Professores (GPEFORM) criado em 2008 na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, composta por quatro capítulos, totalizando 174 páginas. O estudo se propôs levantar elementos teóricos para reflexão sobre as práticas docentes no contexto da formação inicial e/ou continuada, levando em consideração o contexto histórico-político da formação de professores mundial e nacional.

O Capítulo I, intitulado *A história e a política nos avanços e recuos da formação de professores no Brasil*, é desenvolvido em três momentos de discussão. No primeiro momento a autora traça o histórico da formação de professores no Brasil a partir dos seis períodos identificados por Saviani (2009, p.27 - 28), a saber:

Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.

Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal, tendo como anexo a escola-modelo.

Organização dos Institutos de Educação (1932-1939) cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo, em São Paulo, em 1933.

Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).

Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).

Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006).



Os períodos compreendem desde a promulgação da Lei das Escolas das Primeiras Letras, em 1827, à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996. Os períodos mostram as alterações curriculares para a formação dos professores dos anos iniciais e finais no ensino fundamental, ocasionadas pelas influências das tendências político-sociais e pedagógico-didáticas.

No segundo momento, a obra expõe sobre a regulamentação da formação docente com a promulgação da LDB 9391/96, das Diretrizes Curriculares Nacionais (2002) e da Política Nacional de Formação de Professores (2009). Destaca a obrigatoriedade do nível superior para os professores atuarem na educação básica, a preocupação com a qualificação dos formadores de professores em nível de “mestrado, doutorado, dedicação exclusiva e comprovada experiência na educação básica” (p.46-47) prevista na LDB (9394/96); a adaptação dos currículos para a superação da fragmentação da formação docente tendo como princípio a articulação entre teoria e prática, formação profissional docente e pesquisa como foco do ensino-aprendizagem, previsto nas DCN; a expansão dos cursos de formação inicial e continuada para os docentes, “criação de Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio a Formação Docente [...], articulação entre instituições do ensino superior e as redes de ensino da educação básica” (p.50), orientadas pela Política Nacional de Formação de Professores, como direcionadores estruturais e formativos dos currículos de formação de professores.

No terceiro momento, a autora analisa criticamente as políticas e práticas educacionais do Brasil e aponta três dificultadores da proposta de inovação de formação de professores: i) “representação tradicional e nos interesses instituídos, o que dificulta em repensar essa formação de modo mais integrado e em novas bases...” (p.51); ii) “mentalidade e as representações vigentes nas instituições e seus membros, que se acham impregnados pela conformação que historicamente se instituiu entre nós quanto à formação de professores” (p.52); iii) “tensão entre acadêmicos, tecnólogos e

educadores, em que a questão do racionalismo e do enciclopedismo se opõe às intencionalidades e finalidades humanísticas” (p.52).

Borges (2013) ressalta que as políticas e as práticas do sistema educacional são orientadas pelos valores do neoliberalismo, organizando sistemas duais de ensino: escola propedêutica e escola técnico-profissionalizante. E, também, afirma que a formação de professores tendeu por um processo de descontínuas mudanças, mas sem rupturas, porém enfatiza que “a melhoria do processo de formação de professores precisa de muito mais do que leis e decretos” (p.56), tendo a necessidade de: “valorização social da profissão docente; a remuneração digna para os professores; as condições de trabalho, a infraestrutura das escolas, as formas de organização do trabalho escolar, a carreira...” (p.56).

O Capítulo II recebeu o título de *Formação de professores e a boa qualidade do ensino – perspectivas para a inclusão educacional e social*. Neste, Borges (2013) dialoga os temas Formação de Professores, Qualidade de Ensino e Inclusão Educacional e Social. Nos dizeres da autora, o processo de democratização do ensino desencadeou uma crescente diversidade de educandos no interior da escola, dessa maneira, exigindo investimentos tanto em metodologias diversificadas quanto na reestruturação da própria escola. A diversidade é compreendida “como riqueza e não como diferença” (p.63) como “a presença das crianças de diferentes classes sociais, gêneros, etnias e raças, credos e valores, culturas, histórias de vida e, conseqüentemente, crianças que constroem o seu aprendizado com diferentes formas, ritmos e tempos” (p.63).

Diante da diversidade escolar, a autora discute sobre o paradigma integração e inclusão, sendo a educação inclusiva proposta pedagógica para atender a diversidade instalada na escola e de se garantir a boa qualidade de educação, em que os profissionais são comprometidos com o desenvolvimento humano, cumprindo assim a função social da escola. Vendo a escola em uma perspectiva inclusiva, concorda com a necessidade da formação e aperfeiçoamento contínuo docente, porém enfatiza a importância da mudança do paradigma da igualdade para o paradigma da diferença enquanto modelo para reorganização da escola.

O Capítulo III, cujo título é Políticas de formação de professores nos programas de expansão universitária – avanços e controvérsias, inicia a discussão sobre o desprestígio e a crise da profissão docente, posteriormente sobre reestruturação legislativa na Educação Superior e o Processo de Bolonha, a expansão das vagas das universidades pelo REUNI e conclui apontando propostas para o aperfeiçoamento dos cursos de formação inicial de professores nas universidades públicas.

A autora afirma que a profissão docente não é uma profissão atrativa para a juventude atual devido ao não reconhecimento profissional e valorização social, pois o professor “ganha mal e não é respeitado pelos pais, alunos, nem mesmo

por seus pares” (p.102). Este desprestígio social coloca a profissão docente em crise, desencadeando a escassez desse profissional. Também afirma que o governo tem investido na expansão dos cursos de licenciaturas, porém com uma organização improvisada, com recursos reduzidos, para além das meras preocupações com a qualidade da formação dos professores.

No âmbito da Educação Superior, a autora destaca a inexistência de uma legislação consolidada para este nível de ensino.

O que existe, além do desprezo das normativas que banalizam as políticas educativas e universitárias durante o regime militar, é um conjunto de leis (entre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), medidas provisórias e resoluções ministeriais e do Conselho Nacional de Educação (CNE) que, paulatinamente, vêm delineando o modelo universitário. (BORGES, 2013, p.104)

Borges (2013) nota que a LDB estabelece princípios que direcionam as alterações para o ensino superior e também apresenta contradições, pois ao passo que a legislação é marcada pela descentralização e flexibilização, também é marcada por “novas formas de controle de padronização por meio de processos avaliativos padronizados” (p.108).

Ainda, ressalta que qualquer movimento de reforma universitária em qualquer parte do mundo, no atual século, teve como influenciador o Processo de Bolonha. No Brasil a proposta da Universidade Nova buscou um modelo que contemplasse tanto o modelo norte-americano flexneriano quanto o modelo europeu de Bolonha. No entanto, avalia que a proposta da Universidade Nova é uma tentativa de afastamento do Processo de Bolonha e a reaproximação ao modelo norte-americano – já que a influência norte-americana é mais contundente no Brasil, sem “a necessidade de montar a infraestrutura da universidade norte-americana e sem o encaminhamento da formação profissional na graduação, como vem acontecendo na Europa do Processo de Bolonha” (p.116).

O texto relata sobre as duas fases de expansão da Educação Superior: a primeira com o regime militar (1964 a 1980) e a segunda tendo início a partir de 1995, sendo que nesta fase houve um grande crescimento do sistema privado de Ensino Superior. O REUNI (Programa e Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que se configurou como a “materialização da Universidade Nova” (p.119), teve como objetivo ampliar o acesso e a permanência na Educação Superior aproveitando a estrutura física e os recursos humanos disponíveis nas universidades federais. Assim, levanta algumas distorções sobre o projeto de expansão: i) opção preferencial pelo modelo de faculdade isolada; ii) alto índice de evasão; iii) sudestificação; iv) limitação dos cursos; v) qualidade de ensino.

Borges (2013) apresenta, também, neste capítulo, uma pesquisa realizada em duas universidades de Minas Gerais que teve como principal objetivo: analisar a legislação e as políticas educacionais em relação às práticas para a formação inicial de

professores dentro do contexto da expansão universitária. Os resultados mostraram que os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) trouxeram uma proposta inovadora sobre a prática pedagógica e sobre o currículo, porém depois das entrevistas percebeu-se que “a proposta curricular é muito mais inovadora do que o que acontece na prática” (p.130).

Alguns aspectos do programa de extensão universitária influenciaram decisivamente em não viabilizar a concretização do PPP, como: “precariedade de infraestrutura (faltam salas de aula, laboratórios, acervos bibliográficos, salas de professores, computador, telefone, internet, recursos didático-pedagógicos), recursos financeiros insuficientes e sem garantia de continuidade; número insuficiente de professores e técnicos, o que ocasiona sobrecarga de trabalho” (p.131), o perfil do alunado dos cursos de licenciaturas e a não existência de políticas atentas à formação dos formadores.

Desse modo, a autora acredita que serão necessárias políticas educacionais e investimentos que ultrapassem o discurso e primem por uma universidade pública de boa qualidade, para que a Educação Superior seja, realmente, um espaço democrático e inclusivo.

O Capítulo IV traz como título *A importância da formação didático-pedagógica para o profissional docente*. Aqui a autora apresenta os primeiros resultados de sua pesquisa intitulada “A formação didático/pedagógica dos alunos e formadores dos cursos de licenciaturas das universidades do Triângulo Mineiro” (p.140).

Segundo Borges (2013), o objetivo geral da pesquisa foi “conhecer o estado da arte sobre a Didática, qual é a formação didático-pedagógica existente nos currículos dos diversos cursos de licenciatura, qual é a qualidade teórica e prática dessa formação, bem como o que ela representa para os formadores e os futuros docentes” (p.140). É feita a descrição do percurso histórico sobre a Didática desde a sua concepção na Grécia Antiga até a sua concepção progressista. Adota-se na pesquisa a concepção de Didática como um campo de estudo da Pedagogia, subsidiada por Candau (2000) que entende a Didática como:

[...] busca de formas de intervenção na prática pedagógica, concebida como prática social, articulando sempre o ‘fazer’ com o sentido ético e sociopolítico de todo projeto educativo. “Essa perspectiva situa-se no âmbito de uma abordagem crítica na educação”. (BORGES, 2013, p.148)

Assim, a autora afirma que a Didática se interessa pelo processo de ensino-aprendizagem entre aluno, professor e o grupo classe e concebe esse processo em três dimensões: humana, sociopolítica e técnica. Na dimensão técnica, a Didática busca definir os objetivos, conteúdos, técnicas, recursos de ensino, processo e técnicas avaliativas, planejamento do curso e de aprendizagem que acontece na escola e na sala de aula.

A autora também utiliza o conceito de ensinagem elaborado por Pimenta; Anastasiou (2002) para se referir que “a ação de ensinar é definida

na relação com a ação de aprender, pois, para além da meta que revela a intencionalidade, o ensino desencadeia necessariamente a ação de aprender” (p.151).

Os primeiros resultados da pesquisa mostraram que a Didática é vista de forma reducionista, limitando-se as competências e habilidades para instrumentalizar a prática docente, ou seja, concepção de Didática centrada na técnica, na “racionalidade técnica, concepção epistemológica da prática” (p.165) desapropriada do “papel da interpretação teórica na compreensão da realidade e na prática formativa dos docentes” (165-166).

Para finalizar a obra, no subtítulo intitulado “À guisa de conclusão” Borges (2013) apresenta algumas considerações sobre a formação de professores. Pondera que a formação inicial e continuada dos professores é o termômetro da qualidade da educação nos países latino-americanos.

A autora enfatiza que a formação de professores para ser, de fato, contribuidora do aperfeiçoamento da qualidade de ensino é necessária uma intervenção que envolva a “revisão de currículos, das condições de trabalho e de formação, da exigência do domínio dos conteúdos e das práticas pedagógicas, da revisão da formação contínua, do investimento nas condições de trabalho e da valorização do profissional da educação” (p.167).

Por fim, nas considerações, a autora aponta as seguintes propostas: uma formação adequada dos professores, com o resgate do conceito e função da Didática enquanto epistemologia que orienta a prática; e a garantia de boas condições de trabalho docente, para tornar a profissão docente atrativa e melhorar a qualidade da educação.

A obra de Maria Célia Borges possibilita compreender o estado atual da formação de professores por meio de um prisma histórico-político dessa formação, pois mostra como a política neoliberal e internacional tem influenciado a formação de professores no Brasil e, conseqüentemente, as práticas pedagógicas na educação básica.

A reflexão proposta pelo livro a partir da educação inclusiva busca “ir na contramão do processo neoliberal”, garantindo aos cidadãos uma escola que respeite, potencialize e inclua a diversidade, tendo na ressignificação da Didática uma Ciência que possibilite a formação do professor para atuar nos diversos contextos escolares.

A ressignificação da Didática possibilitam o processo de ensinagem se configura também como estratégia de profissionalização dos professores e a boa formação faz parte das condições de trabalho do professor, aspecto fundamental para o aperfeiçoamento da qualidade de educação.

Portanto, o livro configura-se como uma boa referência na contribuição em estudos sobre a história e as políticas de formação de professores, principalmente para pesquisadores iniciantes na temática, pois a autora apresenta um panorama nacional e mundial favorecendo um melhor entendimento sobre o assunto.